

PERIGO AMARELO, PERIGO BIOPOLÍTICO: IMIGRANTES JAPONESES E REPRESSÃO NO ESTADO NOVO



Autor: Samuel Ribeiro dos Santos Neto (s082771@dac.unicamp.br)

Orientação: Dr^a Aline Vieira de Carvalho - Coorientação: Dr^a Susel Oliveira da Rosa

IFCH – INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Agência Financiadora – PIBIC/CNPq

Palavras-chave: Biopolítica – Imigração Japonesa – Estado Novo

Introdução

O presente trabalho buscou fazer uma leitura diferenciada dos discursos e das políticas públicas do Estado Novo que, pautadas na repressão e no antiniponismo, atingiram diretamente a comunidade de imigrantes japoneses vivente no Brasil. A lente teórica utilizada na compreensão da questão foi composta, primordialmente, pelos textos de Michel Foucault e de Giorgio Agamben, tendo como conceitos-chave a biopolítica, o estado de exceção e o *homo sacer*. O principal objeto de pesquisa estudado foi o livro antinipônico intitulado *O Perigo Japonês*, obra de Vivaldo Coaracy publicada em 1942.

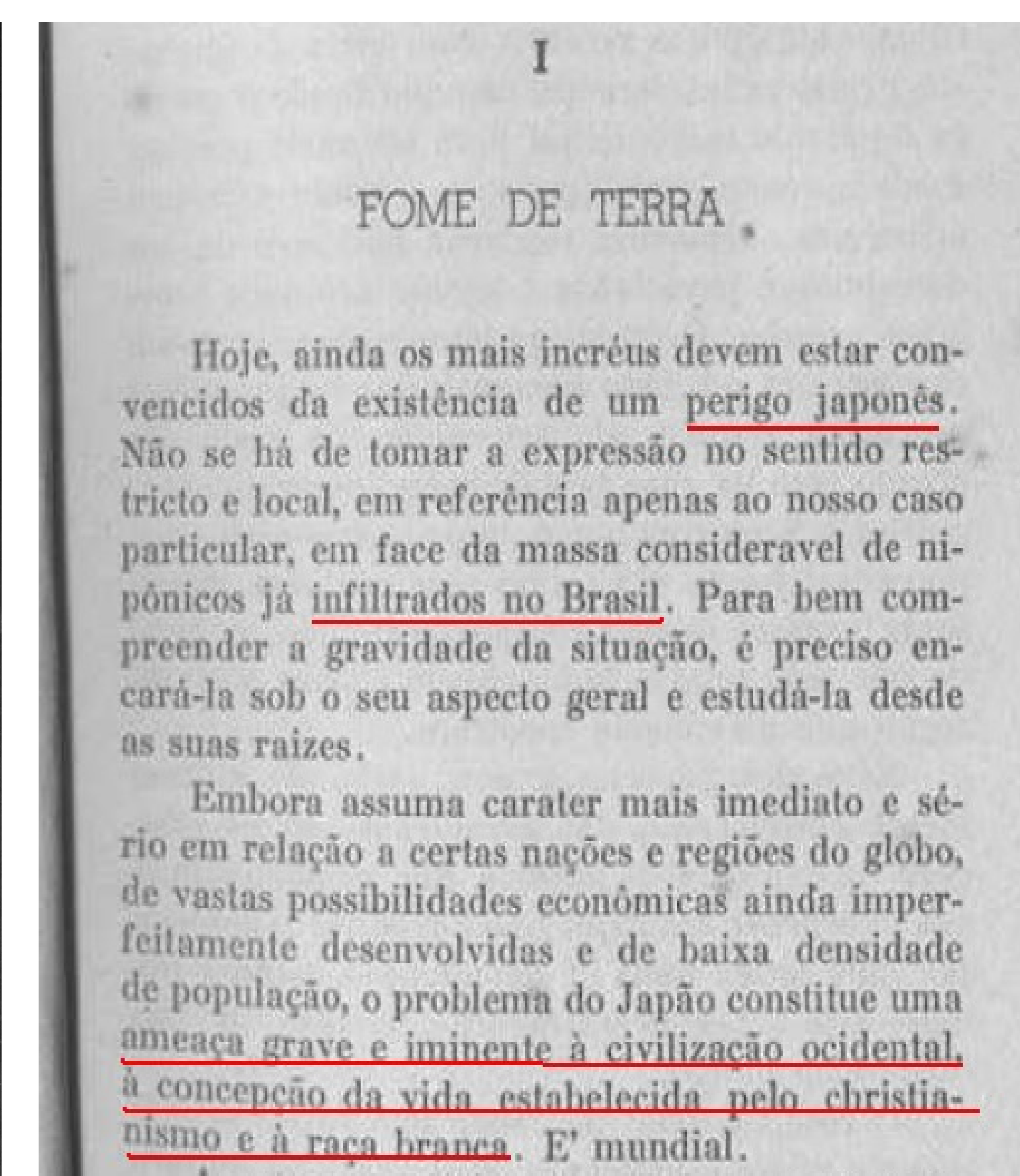
Metodologia

A etapa inicial da pesquisa se pautou na leitura e no fichamento de duas frentes bibliográficas: uma teórica e outra de análise. A teórica trouxe os conceitos chave de biopolítica, *homo sacer* e estado de exceção, sendo composta primordialmente pelos textos de Michel Foucault e de Giorgio Agamben. A de análise, por sua vez, se tratou de um apanhado de artigos e obras historiográficas de diversos autores sobre a imigração japonesa no Brasil, as políticas nacionalistas do Estado Novo, as práticas repressivas do período, os discursos anti-imigratórios, entre outros temas relevantes. Passadas as leituras e o estudo das duas frentes, o próximo passo executado na pesquisa foi o de analisar o documento, focando no exame da linguagem e dos termos utilizados pelo autor, de maneira literal ou não, para caracterizar e classificar o imigrante japonês perante a sociedade brasileira idealizada pelo governo de Vargas.

Resultados e Discussão

O texto foi originalmente publicado em forma de artigos no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, entre os meses de abril e junho de 1942. A tese central da obra, sustentada por citações de autoridades intelectuais e políticas, é explicitada logo no prefácio: haveria uma necessidade urgente em se combater uma suposta conspiração nipônica, voltada à dominação do Brasil e expressa pela imigração japonesa massiva que se deu no período. Por um lado, o japonês é mostrado como um agente político do imperialismo. Por outro, um perigo racial, “fisicamente inferior” e “moralmente diferente”, descrito por uma linguagem biologizante. As duas faces do “perigo japonês” – a política e a biológica – se confundem a todo instante, e justificam a necessidade de se combater, pelas vias policiais e jurídicas, a presença japonesa no país. O recurso à animalização é amplamente utilizado durante todo o texto, bem como o uso de uma linguagem médica e científica. O tratamento metafórico que Coaracy dá à sociedade, ao compará-la com um organismo, faz da eliminação dos elementos nocivos uma questão de profilaxia e higiene, ou seja, se trata de uma ação que, embora política, é pautada pela biologia. Isso é o que Michel Foucault denomina biopolítica, um poder que age eminentemente sobre a vida, “fazendo viver e deixando morrer”. Neste sentido, estabeleceu-se uma relação positiva entre as partes: é preciso deixar morrer para fazer viver.

Existe uma simultaneidade entre o “afirmar-se a si próprio” e o “negar o outro” no processo de construção de uma nacionalidade brasileira pelo Estado Novo, o que resultou em uma situação de interdependência entre a exclusão de uns e a inclusão de outros. É isso que fundamenta o estado de exceção descrito por Agamben, uma estrutura política que, sob a justificativa da “necessidade”, interrompe seus próprios princípios jurídicos na intenção de garantir seu funcionamento. Assim, a lei aplica-se desaplicando-se sobre uma parcela da população – aqueles que podem morrer, literal ou simbolicamente (neste caso, os japoneses) – para criar os termos de sua própria existência, sendo necessário garantir a segurança da lei e da ordem (e, neste caso, a sobrevivência de uma nação idealizada).



Conclusão

A tentativa de concretizar o projeto nacionalizador e de “incluir” o japonês na condição de assimilado (excluindo-o em suas diferenças) dependeu do uso da violência, e trouxe consequências dolorosas para uma comunidade que já lidava com a estigmatização desde o início do século XX. Embora na atualidade os descendentes de japoneses estejam plenamente integrados à sociedade brasileira, não se discute com a mesma naturalidade o período conflituoso no qual seus antepassados viveram. Entre as décadas de 30 e 40, o projeto de Getúlio Vargas produziu, por meio de discursos e práticas, um “sofrimento racial” (HANDA, 1987) que deixou marcas profundas na memória coletiva da comunidade nipo-brasileira. A leitura de obras como *O Perigo Japonês* nos permite resgatar, ainda que pelo recurso imaginativo, um momento delicado da História brasileira que é frequentemente relegado ao esquecimento, mas que faz parte da história de vida de milhares de famílias do país.